

A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDEZ E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA REGULAR: UM BREVE PANORAMA DO MUNICÍPIO DE NOVA CRUZ/RN

Autor; Macilda Pedro da Silva Oliveira; Co- autor; Maria Zilda Medeiros da Silva Orientadora;
Milena Paula Cabral de Oliveira

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Pró Reitoria de Pesquisa e pós graduação: Especialização em Atendimento Educacional Especializado, nead@ufersa.edu.br

Resumo: Um dos focos da educação que vem sendo refletido é o processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva na escola, mas a ação da sociedade em pensar na aprendizagem da pessoa com deficiência nem sempre aconteceu. Sabemos que historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas do contexto social e escolar, sendo negado a estas o acesso a estes espaços e o direito de aprender. As pessoas com surdez enfrentaram inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Observando a trajetória histórica do ontem e o processo do hoje, a história da humanidade testemunhou a forma como as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade. Assim, este texto tem como objetivo mostrar como as escolas da rede regular de ensino do município de Nova Cruz/RN compreendem o processo de inclusão de pessoas com deficiência, em especial, os alunos surdos e de que forma o atendimento educacional especializado têm contribuído. A abordagem da pesquisa é qualitativa de forma que busca compreender e analisar a influência da relação entre professores e alunos com necessidades educacionais especiais – NEE tendo como foco a inclusão de alunos com deficiência auditiva na sala de ensino regular – AEE. Os principais resultados apontaram que a educação especial foi vista sobe diferentes enfoques, desde definições próximas aos de integração social. As escolas pesquisadas apresentaram em diversos aspectos concordância à inclusão dos alunos com deficiência auditiva na sala de ensino regular.

Palavras - chaves: *inclusão; AEE; Deficiência Auditiva*

A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDEZ E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA REGULAR: UM BREVE PANORAMA DO MUNICÍPIO DE NOVA CRUZ/RN

Autor; Macilda Pedro da Silva Oliveira; Co- autor; Maria Zilda Medeiros da Silva Orientadora; Milena Paula Cabral de Oliveira

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Pró Reitoria de Pesquisa e pós graduação: Especialização em Atendimento Educacional Especializado, nead@ufersa.edu.br

1. MOTIVAÇÕES INICIAIS DE NOSSO ESTUDO

Este artigo tem por objetivo investigar o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva/surdez no contexto da escola regular e a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) das escolas estaduais do município de Nova Cruz/RN, analisando a partir destes como se dá o processo de inclusão de pessoas com deficiência auditiva/surda, e apontar a importância da qualificação profissional na perspectiva de uma educação inclusiva e de qualidade.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas do contexto social e escolar, sendo negado a estas o acesso a estes espaços e o direito de aprender. Por outro lado, a política educacional brasileira prevê que haja, nas escolas regulares ou instituições especializadas, um Atendimento Educacional Especializado (AEE) que seja um suporte para que a educação inclusiva ocorra em nosso país.

Nesse contexto, nos questionamos: as crianças, jovens e adultos com deficiência auditiva estão matriculados na sala de aula comum? O município pesquisado tem ofertado Atendimento Educacional Especializado de forma complementar e suplementar aos alunos público alvo da educação especial? Qual o panorama da educação especial no município? Assim, o presente artigo tem como objetivo mostrar como as escolas da rede regular de ensino do município de Nova Cruz/RN compreendem o processo de inclusão de pessoas com deficiência, em especial, os alunos surdos e de que forma o Atendimento Educacional Especializado têm contribuído para o desenvolvimento e aprendizagem dos mesmos.

O presente trabalho discorrerá sobre uma pesquisa a partir do referencial teórico e sobre uma pesquisa de campo realizada nas escolas estaduais pertencentes ao município de Nova Cruz/RN. Em resposta a essa problemática, deduziu-se a hipótese de que a ocorrência da inclusão de alunos com deficiência auditiva/surdez acontece através do Atendimento Educacional Especializado – AEE – em consonância com as concepções inclusivas dos seus professores do ensino regular, e a utilização da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.



1.1 Nosso percurso metodológico

A presente pesquisa discute a inclusão dos alunos com deficiência auditiva/surdez na sala de ensino regular em parceria com os professores regentes e professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE, das escolas estaduais do município de Nova Cruz/RN.

A abordagem da pesquisa é qualitativa de forma que busca compreender e analisar a influência da relação entre professores e alunos com NEE tendo como foco a inclusão de alunos com deficiência auditiva na sala de ensino regular – AEE.

Segundo Robert Stake (2011) a pesquisa qualitativa é baseada principalmente na percepção e na compreensão humana, por meio de diferentes pontos de vista. A pesquisa qualitativa é também situacional, cada momento e local são únicos, possuem suas especificidades, por isso nesse modo de pesquisa não cabe generalizações. No entanto, o objetivo da pesquisa é exploratória, pois tem em vista construir hipóteses sobre o tema proposto. Para Andrade (2010)

A pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico. São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quanto à bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica e com pesquisa de campo. Para Lakatos e Marconi (2008), a pesquisa bibliográfica tem por objetivo conduzir o pesquisador ao contato com determinado assunto, seja por meio de livros, jornais, revistas, rádio, filmes entre outros. A pesquisa de campo tem por finalidade conseguir informações e conhecimentos sobre um determinado problema, buscando encontrar uma resposta.

Para coleta de dados, foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário semiestruturado, pois teve um roteiro de perguntas pré-estabelecido, onde as instituições de ensino pesquisadas tiveram espaço para exprimir suas opiniões. A análise de dados está junto do referencial teórico, já que não faria sentido separá-los, pois os dados pesquisados foram analisados a luz dos autores apresentados.

2. A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDEZ E O AEE: um breve panorama

Atualmente, a educação no Brasil vem sendo muito debatida, por pensadores, professores, gestores, ONGs.

A comunidade escolar como um todo vem buscando formas de melhorar a qualidade da escola pública.

Um dos focos da educação que vem sendo refletido é o processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva na escola, mas a ação da sociedade em pensar na aprendizagem da pessoa com deficiência nem sempre aconteceu.

2.1 A Deficiência auditiva do ponto de vista histórico

Historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade. Segundo Fuzzeto (2017), durante a antiguidade, as pessoas com deficiência eram vistas como detentores de espíritos malignos – as cidades gregas: Atenas e Esparta tiveram destaque com práticas excludentes.

O histórico das pessoas com deficiência auditiva/surdez não se distancia das demais deficiências, pois na antiguidade prevaleciam os sentimentos de piedade e compaixão para com estas pessoas, chegando a acreditar que se tratava de pessoas castigadas por deuses ou enfeitiçadas, o que as levava ao abandono ou aos sacrifícios.

As pessoas com surdez enfrentaram inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Observando a trajetória histórica do ontem e o processo do hoje, a história da humanidade testemunhou a forma como as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade.

A história da educação de surdos iniciou-se com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de surdos (I.N.E.S.). Fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês Ernest Huet que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos. No início, os surdos eram educados por linguagem escrita, articulada e falada, datilologia e sinais. A disciplina "Leitura sobre os Lábios" estaria voltada apenas para os que apresentassem aptidões e a desenvolver a linguagem oral. Assim se deu o primeiro contato com a Língua de Sinais. É importante ressaltar que naquele tempo, o trabalho de oralização era feito pelos professores comuns, não havia os especialistas.

Dessa forma a comunidade surda passou a conquistar seu espaço na sociedade. O século XVIII foi considerado extraordinário para a comunidade surda, dado que surgiu a utilização da língua de sinais na Europa, segundo a qual se expandiu para os Estados Unidos e os surdos conquistaram eminência e responsabilidade econômica e social perante a sociedade.

Assim, levaram-se muitos séculos para que as pessoas com deficiência auditiva fossem consideradas seres humanos com direitos sociais e possuidores de intelectualidade.

Atualmente, as pessoas com NEE ainda sofrem com a discriminação, todavia, existem leis que defendem os direitos das mesmas. A exemplo podemos citar LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, a qual trata do Estatuto da pessoa com deficiência e que em seu Art. 1º tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. A partir dessas contribuições, pode-se chegar a um consenso acerca da importância de uma proposta educacional que permita às crianças surdas a aquisição/aprendizado de duas línguas: a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a língua portuguesa, em suas modalidades oral e escrita.

2.2 O Atendimento Educacional Especializado: marco legal e educacional

A escola, ao desenvolver o Atendimento Educacional Especializado, deve oferecer todas as oportunidades possíveis para que nos espaços educacionais em que ele acontece, os alunos com deficiência auditiva sejam atendidos de acordo com suas especificidades.

Segundo Spenassato (2009) a maioria das escolas não apresenta um quadro de inclusão de alunos com NEE, dentre esses, os surdos. Ainda há carência de salas apropriadas, de materiais, de recursos visuais, de metodologias e, principalmente, de professores especializados ou intérpretes, entre outros. Segundo a Resolução nº4/2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial em seu artigo 2, afirma que o Atendimento Educacional Especializado – AEE (2009) tem como função: “[...] complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação e desenvolvimento de sua aprendizagem”.

No momento educacional atual, todos os alunos com deficiência que estão no ensino regular têm direito ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, para garantia de seu acesso e permanência na escola, por sua vez;

O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2009, p.1) .

Para que o aluno surdo construa o seu conhecimento em uma sala de aula inclusiva, ele deve ser estimulado a pensar e raciocinar, assim como os alunos ouvintes. Portanto, o professor deve desenvolver estratégias pedagógicas que despertem o interesse do aluno surdo.

O Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais afirma que as salas de recursos multifuncionais são espaços que contam com equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para atender o público-alvo da educação especial. Esse mobiliário é composto por equipamentos de informática, computador, mesa, cadeira, armário, lupas e materiais didáticos pedagógicos. (BRASIL, 2010)

A Lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Em seu artigo 3º é assegurado o direito a comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais Libras, Braille, a visualização de textos, sistema de comunicação tátil, caracteres ampliados, dispositivos de multimídia, linguagem simples, escrita e oral, sistemas auditivos, meios de voz digitalizados, englobando as tecnologias de comunicação e informação.

Para que a escola seja considerada um espaço inclusivo ela deve ser democrática ajustando seu contexto real e respondendo aos desafios que lhes são apresentados. Não podemos deixar de citar a Convenção de Guatemala que aconteceu em 1999, (sancionada no Brasil em 2001), a qual defendia os direitos das pessoas com deficiência, e pedia o fim da discriminação. Em 2002 a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como legítimo meio de comunicação, e passou a ser incluso na grade curricular de formação de professores.

Nesse sentido, os alunos com deficiência são de responsabilidade de toda comunidade escolar, e para que a inclusão aconteça na escola, a mesma deve estar sempre refletindo suas práticas e buscando melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, para garantir que toda comunidade escolar seja beneficiada. Naturalmente, nas escolas que atendem os alunos com deficiência auditiva, as estratégias utilizadas no desenvolvimento curricular procuraram atentar para o fato de que alunos e professores precisam comunicar-se em língua portuguesa (falada ou escrita) como também em língua brasileira de sinais (LIBRAS).

Por outro lado, enquanto o professor não dominar a LIBRAS a escola deve organizar-se de modo que professores e alunos desenvolvam um tipo de dinâmica em sala de aula no qual o conhecimento seja de fato compartilhado.

Diante dos conteúdos apresentados, é necessário que os professores utilizem imagens visuais e, quando o conceito for muito abstrato, devem recorrer a outros recursos didáticos utilizados na sala de aula comum para a compreensão dos conteúdos curriculares, não deixando de buscar a inserção do aluno no AEE - Atendimento Educacional Especializado para que este possa aprender LIBRAS.

Sendo assim, os alunos com surdez devem ser observados por todos os profissionais que direta ou indiretamente trabalham com eles, cuja observação deve seguir os seguintes critérios: sociabilidade, cognição, linguagem (oral, escrita, visuoespacial), afetividade, motricidade, aptidões, interesses, habilidades e talentos. Também é necessário realizar os registros das observações em relatórios, os quais devem conter todos os dados colhidos ao longo do processo e compartilhado com os profissionais da sala de Atendimento Educacional Especializado para melhoria dos resultados e para que seja possível realizar a verdadeira inclusão.

2.3 Um breve panorama no município de Nova Cruz/RN

Para alcançarmos o resultado da pesquisa apresentada, foi aplicado um questionário nas 05 (cinco) Escolas existentes da rede Estadual do município de Nova Cruz/RN. O questionário foi estruturado de modo a conhecer os números da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado no município de Nova Cruz/RN.

NUMERO DE ESCOLAS PESQUISADAS	05
NUMERO DE SALA DE AEE	02
NUMERO DE SALA EM FUNCIONAMENTO	01
PROFESSORES COM ESPECIALIZAÇÃO EM AEE	00
PROFESSORES COM ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS	01
Nº DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	45
Nº DE ALUNOS ATENDIDOS	16
Nº DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/ SURDEZ	03

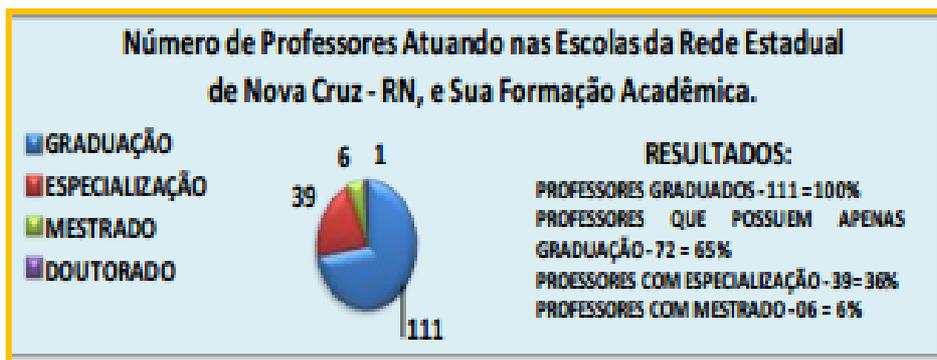
O município de Nova Cruz/RN vem numa perspectiva de ofertar educação inclusiva desde muito tempo. Para isso foram realizados alguns convênios do Governo Federal com o município no período de 01/01/1996 a 04/06/2017, tendo como objeto conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão de alunos com NEE no processo de ensino, com qualidade social, na perspectiva da educação inclusiva.

Outro convênio realizado teve por objeto conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão de alunos com NEE no processo de ensino, com qualidade social, na perspectiva da educação inclusiva, por meio da ação de formação de gestores e educadores. Na expectativa de educação inclusiva o município de Nova Cruz, ofertou através da secretaria municipal de educação o 1º Seminário Regional de Formação de gestores e educadores – Educação Inclusiva: direito à diversidade no período de 26 á 30 de dezembro de 2005 com uma carga horária de 40 horas. Já no período de 19 a 23 de maio de 2014 o município de

Nova Cruz sediou o VII SEMINÁRIO REGIONAL - PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE, cujo objetivo foi compreender e fortalecer a gestão dos sistemas educacionais inclusivos, expandindo e concretizando orientações políticas, técnicas e pedagógicas em torno da comunidade escolar.

Mediante alguns dados apresentados, é notória a presença de parcerias e convênios entre as esferas federais e municipais. Porém, ainda não são perceptíveis avanços significativos em nossa realidade educacional, haja vista a precariedade de professores formados na área de Atendimento Educacional Especializado, a falta de intérpretes de LIBRAS e os poucos cursos ofertados na área de inclusão.

Ao realizar algumas visitas nas unidades escolares estaduais de nosso município, as principais queixas apresentadas pelas escolas pesquisadas são: a falta de qualificação profissional, infraestrutura, necessidade de interprete/tradutor de LIBRAS e a falta de pessoas especializadas em Atendimento Educacional Especializado. Observando as queixas apresentadas, a que mais se destaca é em relação à formação profissional. Dentro das 05 (cinco) escolas pesquisadas foi possível encontrar 111 (cento e onze) professores, porém, apenas 39 (trinta e nove) possuem especialização. **Observe o gráfico a seguir:**



A partir desses dados, percebe-se a necessidade de implementação de políticas públicas corroborativas para o progresso da inclusão de alunos com deficiência. Principalmente no que se refere à inclusão das pessoas com surdez. É necessário um trabalho sério, articulado entre a sala de aula comum, o Atendimento Educacional Especializado – AEE e a família.

Para que as escolas possam favorecer o desenvolvimento do processo inclusivo, é necessário criar estratégias que incluam formação de recursos humanos com o objetivo de conseguir sanar ou minimizar a exclusão de qualquer pessoa no sistema educacional, além de buscar a qualificação dos profissionais através de especializações e cursos de formação continuada, para que os educadores tornem-se mais preparados no desempenho das atividades educacionais.

A proposta inclusiva, para muitos professores, leva em consideração apenas a possibilidade de interação social dos discentes, visando muito mais o “bem-estar” social dos alunos, desconsiderando as possibilidades de um real desenvolvimento cognitivo (GOMES; BARBOSA, 2011). Corroborando com (GOMES; BARBOSA, 2011), a proposta inclusiva deve ser bem maior que a de se pensar em um bem estar social: é realmente necessário se refletir sobre o desenvolvimento cognitivo, e, para isso, é imprescindível estar preparado, pois cabe ao professor de sala de aula, bem como do professor do AEE, o desenvolvimento intelectual e da autonomia do seu aluno com deficiência.

À luz de Mantoan (2009), grande parte dos professores “[...] tem uma visão funcional do ensino e tudo que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado.” Entende-se que inovar e ultrapassar as barreiras impostas pela educação puramente funcional é o caminho ideal para promover a educação inclusiva de qualidade.

Deste modo, o processo de inclusão contempla a pedagogia da diversidade humana, haja vista que todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independentemente das diferenças individuais, sejam elas de origem social, de nível socioeconômico, de etnia ou linguística.

A inclusão escolar deve ser vista como um processo dinâmico e gradual que pode tomar formas diversas dependendo das NEE dos/as alunos/as, já que se pressupõe a integração/inclusão. Contudo, a inclusão escolar não ocorre ainda da forma como deveria, a julgar os dados apresentados logo a baixo:



O gráfico apresentado mostra um número pequeno de alunos com deficiência na sala de ensino regular, porém a grande preocupação é que menos de 30% são atendidos por profissionais especializados ou participam da sala de AEE. Outro fato observado é que nem todos os alunos inseridos no ensino regular são acompanhados por um interprete de LIBRAS, ficando esta função somente aos professores do Atendimento Educacional Especializado e que por muitas vezes não tem a formação específica para o atendimento.

Para Damázio (2007, p. 13);

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio afetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento (sic) da aprendizagem. (AEE).

Dentre as 05 (cinco) escolas pesquisadas apenas a Escola Estadual Alberto Maranhão Ensino de 1º e 2º graus e a Escola Estadual Rosa Pignataro, dispõem de atendimento na sala de AEE, porém é importante ressaltar que Escola Estadual Rosa Pignataro tem conseguido se destacar com a oferta do curso básico de libras cujo objetivo, é promover a inclusão e a quebra de barreiras na comunicação entre deficientes auditivos/surdos e ouvintes. Sendo assim, o curso básico de libras foi ofertado aos alunos e professores da instituição anteriormente mencionada.

Ambas as escolas dispõem de salas de AEE, pessoal especializado para atendimento, embora em alguns casos, demonstram uma grande necessidade de pessoas de especializações em atendimento educacional especializado, haja vista as formações dos profissionais que atendem nas salas de recursos são de licenciaturas em pedagogia e pós-graduação em psicopedagogia. Também é possível afirmar que a Escola Estadual Rosa Pignataro conta com uma professora e uma Interprete de LIBRAS, para auxiliar no desenvolvimento das atividades ministradas na escola, porém as mesmas não fazem parte do quadro efetivo da instituição.

Nas outras 03 (três) escolas o resultado não foi muito diferente, os gestores responsáveis em responder o questionário alegaram não dispor de sala de AEE – Atendimento Educacional Especializado, além de não ter dentro de suas instituições de ensino intérprete de LIBRAS ou professores com formações específicas para AEE. Outro ponto interessante é que todas as 05 (cinco) escolas pesquisadas apresentaram necessidades de mudanças na infraestrutura e uma melhor qualificação profissional em seu quadro docente para que fosse possível ofertar uma educação de qualidade e verdadeiramente inclusiva.

O artigo apresentado enfatizou a quantidade de escolas estaduais do município de Nova Cruz/RN que prestam um atendimento educacional às pessoas com NEE, além de ter apresentado o número de alunos que frequentam essas escolas, o número de alunos com NEE, o número de alunos que são acompanhados pela sala de AEE, o número de alunos surdos e o número de profissionais especializados.

Portanto, essa pesquisa teve o intuito de promover um ponto de partida para se chegar ao conhecimento da qualidade das práticas educativas realizadas pelas escolas e por professores da rede regular de ensino de Nova Cruz/RN, tendo em vista compreender a surdez em seu processo de construção histórica e social, e o atendimento na sala de ensino regular e na sala de AEE.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados apontaram que a educação especial foi vista sob diferentes enfoques, a saber, as definições próximas aos de integração social. As escolas pesquisadas apresentaram em diversos aspectos concordância à inclusão dos alunos com deficiência auditiva na sala de ensino regular. Porém, apenas uma dispõe do profissional tradutor/intérprete de LIBRAS o qual realiza atividades de valorização a língua de sinais, e trabalha não apenas na formação de alunos com deficiência auditiva/surdez, mas com toda a equipe profissional e alunos ouvintes da instituição.

Os resultados mostraram que muitos professores ainda não estão preparados para a inclusão, um dos fatores que nos faz acreditar nessa possibilidade, foi às visitas realizadas nas instituições de ensino, as quais foram apresentadas o questionário de pesquisas. Sendo assim, em todas as escolas pesquisadas é notória a necessidade da qualificação nas práticas educacionais essenciais, onde os professores busquem participar de capacitações para a promoção da inclusão.

Também é importante ressaltar que a grande maioria dos educadores acredita que inserção dos alunos na escola do ensino regular, apesar de ser um grande desafio, torna-se possível a partir de um trabalho sério e contínuo realizado com atendimento especializado.

Portanto, o apoio educacional realizado pelo AEE às crianças deficientes deve criar condições de aprendizagem básicas do aluno, no entanto, fica claro que alguns educadores não percebem o impacto da metodologia utilizada neste atendimento, mas compreendem que o procedimento, através dos materiais didáticos e pedagógicos acessíveis facilita no ensino e na aprendizagem dos alunos atendidos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ANJOS, H. P.; ANDRADE, E. P.; PEREIRA, M. R. **A inclusão escolar do ponto de vista dos professores**: o processo de constituição de um discurso. **Revista Brasileira de Educação**, v.14 n.40, p.116-129, 2009.
- BIANCHETT, Lucídio. **Aspectos Históricos da Educação Especial**. Revista Brasileira de Educação Especial. v.3 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> . Acesso em: 29 de abril de 2017.

. _____. **Lei de nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 1996.

_____. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.**

Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em: 29 de abril, 2017.

_____. Resolução nº 4 de Outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.**

Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p.17. 2009

GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. **Caminhos pedagógicos da educação especial.** 3 ed., Vozes: Petrópolis – RJ, 2010.